

Povos Indígenas no Brasil

Fonte 064030

Class.: 515

Data 14/10/81

Pg.: _____

Desorientação indigenista

A POLÍTICA indigenista brasileira nem pode ser entregue negligentemente a pessoas com poucos títulos para dirigi-la, nem deve ser uma diversão de certos antropólogos e etnólogos, através de proposições que a nada levam de prático.

NO MOMENTO em que a Funai muda novamente de presidência, os ruídos provocados pelas diversas partes envolvidas nesse setor da responsabilidade federal demonstram, ainda uma vez, quanto o órgão continua desencontrado dos seus propósitos oficiais.

A ASSISTÊNCIA e proteção às remanescentes populações indígenas do País passaram a constituir apenas uma pedra do mosaico sob a jurisdição do Ministério do Interior. Hoje as questões e tensões fundiárias, a atuação da Igreja, o problema dos direitos humanos, a estratégia de segurança nacional, a imagem política e cultural do Brasil no exterior são temas, preocupações e desafios que também disputam o espaço reservado ao destino do índio brasileiro.

O NOVO presidente da Funai, coronel da Aeronáutica Paulo

Moreira Leal, substitui o coronel do Exército Nobre da Veiga transmitindo mensagens de pacificação e humanismo como inspiradoras da missão que assume. "O índio é nosso irmão", lembra ele.

NEM POR ISSO a sua tarefa deixará de ser delicada e complexa. Não bastassem os complicadores de ordem filosófica e doutrinária, dividindo os que defendem o isolamento das populações aborígenes para que possam conservar padrões culturais tradicionais e os que pregam o seu acultramento à sociedade civilizada ou desenvolvida, multiplicam-se a cada dia os complicadores resultantes dos choques, de resto inevitáveis, entre a realidade toda peculiar do índio e a realidade que o cerca, portadora dos mais variados — legítimos e ilegítimos — tipos de interesse.

A QUESTÃO fundamental coloca-se, evidentemente, na prática constante da invasão de terras indígenas das reservas. Caciques, missionários, antropólogos, indigenistas, intelectuais políticos, unem-se no mesmo coro de vozes denunciando, e para essas denúncias não tem faltado o correspondente testemunho de

abusos e violências não raro próximos da barbárie.

A FUNAI parece estonteada em meio a esses conflitos. Não foi possível firmar-se a regra mínima de convivência: ou seja, uma forma de compatibilização entre a natural expansão da fronteira agrícola do País e o exercício do direito de propriedade territorial dos índios.

A SENSIBILIDADE nacional está mais do que nunca voltada para a situação e as perspectivas das nossas desarticuladas populações tribais. Não é nada fácil, entretanto, encontrar-se o termo correto e justo para o tratamento civilizado e civilizatório que lhes cabe.

A IDEOLOGIA e as teses segregacionistas pouco mais significam do que uma fraude. Nenhuma solução que se pretenda viável pode ignorar os caminhos do acultramento gradual, isento de qualquer violência ou simples constrangimento, sabendo respeitar os laços de identificação étnica, os valores históricos e culturais e o que sobrou, quase cinco séculos depois, da herança patrimonial dos nossos índios.